

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Vara de Falências e Concordatas do Foro Central
da Comarca de Porto Alegre – RS

Processo nº 001/11302177070

DUX Experiências Interativas Ltda. E DEH Design de Experiências Ltda., já qualificados nos autos da ação de **RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, em epígrafe, vem, respeitosamente à presença de v. Exa., apresentar o **PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, o que faz mediante os fatos e fundamentos abaixo:

I - DA ATUAL CONJUNTURA ESTRUTURAL DA EMPRESA

Devido a crise econômico financeira que se instaurou nas empresas, atualmente as mesmas estão atuando sob um regime atípico, ainda mais para empresas em recuperação judicial.

As recuperandas possuem um único colaborador - seu sócio majoritário -, que mantém a atividade da empresa, prestando consultoria em experiência de uso e arquitetura de informação - para sistemas digitais (websites, e-comerces e softwares). A atividade é realizada conjuntamente ao emprego remunerado que o sócio atualmente tem - que possibilita investir parte de seu ordenado nas próprias recuperandas.

A crise instaurada obrigou a empresa a reduzir drasticamente seus custos fixos. Além de não ter mais nenhum empregado, as empresas estão funcionando na própria residência do sócio, eis que o ramo de atividade não necessariamente exige uma sede fixa, podendo ser todo o trabalho realizado pela internet.

A dispensa dos funcionários também ocorreu porque como a empresa está em dificuldades, melhor é terceirizar os serviços no qual o sócio majoritário não consegue resolver sozinho, o que diminui sobre maneira o custo operacional.

Atualmente a empresa atende clientes importantes, como Fundação Iberê Camargo, Grupo Angeloni, Falconi Consultoria, entre outros, o que possibilita um faturamento razoável, capaz de honrar com os pagamentos das contas.

Com isso, a empresa está pagando suas despesas pontuais, sem conseguir iniciar o pagamento dos credores da recuperação judicial. Para que as recuperandas consigam aumentar seu faturamento, são necessários alguns investimentos, como aumentar o número de viagens à SP (onde se localiza grande parte das agências digitais que compram seus serviços, estruturação em uma sede, contratação de um gerente de contas (vendedor), aquisição de computadores, tudo a ser feito de forma progressiva, bem como terceirizando outras atividades, aumentando assim a variedade de serviços oferecidos pela empresa.

Com isso, a empresa possui uma entrada de caixa fixa de R\$ 5.000,00 (contando com os R\$ 4 mil reais investidos mensalmente pelo sócio) e uma renda pontual aproximada de R\$ 11.322,00, que está sendo paga em 5

vezes, pelos clientes citados acima. As despesas atuais da empresa são de aproximadamente R\$ 13.228,00 - pagas integralmente, com o apoio dos rendimentos do sócio majoritário - que mantém seu emprego na empresa Dinamize, em turno integral.

II – DOS MEIOS DE RECUPERAÇÃO DA EMPRESA

Analisando os meios de Recuperação Judicial que a Lei 11.101/2005 coloca a disposição das empresas, o mais importante e necessário para esta autora é o previsto no art. 50, inciso, I, que autoriza o pedido de concessão de prazos e condições especiais para o pagamento das obrigações vencidas e vincendas.

Destarte, a empresa propõem as seguintes condições para quitação total das dívidas:

II. I – DAS DÍVIDAS ORIUNDAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO

- 1) Deságio de 50% do valor consolidado pela justiça do trabalho;
- 2) uma carência de seis meses para início dos pagamentos dos credores trabalhistas.
- 3) 6 parcelas fixas mensais, atingindo assim o prazo de 1 ano previsto no art. 54 da Lei.

Além de tais condições, propõem ainda o pagamento de juros de 6% ao ano e correção monetária pelo IGP-M quando da data dos efetivos pagamentos.

II.II – DOS CREDORES TRABALHISTAS

Quanto aos demais credores -, classificados na categoria de quirografários, necessário será aumentar o prazo de carência para início dos pagamentos.

Considerando que o primeiro ano após a aprovação do plano será destinado ao pagamento dos credores trabalhistas, necessário será um prazo de mais um ano para a empresa se capitalizar para iniciar os pagamentos dos credores quirografários. Isto porque, o grau de investimento da empresa está baixo e porque está sem funcionários para pegar diversos projetos e trabalhos ao mesmo tempo, o que aumentaria o fluxo de caixa, mas em contrapartida, aumentariam as despesas. Destarte, para fins de pagamento destes credores quirografários, a empresa postula as seguintes condições:

- 1) Deságio de 50% do valor das dívidas;
- 2) Carência de 24 meses para iniciar os pagamentos;
- 3) Pagamentos em 24 parcelas mensais e consecutivas.

Importante ressaltar que os valores das dívidas são baixos, e que nos prazos estabelecidos certamente será possível o pagamento de todos os credores.

Ainda, mister salientar que a empresa não tem bens (vide laudo de avaliação anexo) capazes de satisfazer o pagamento de todos os credores, no caso extremo de falência e por isso, melhor evitar a quebra para possibilitar que todos os credores recebam, apesar de não ser nas melhores condições.

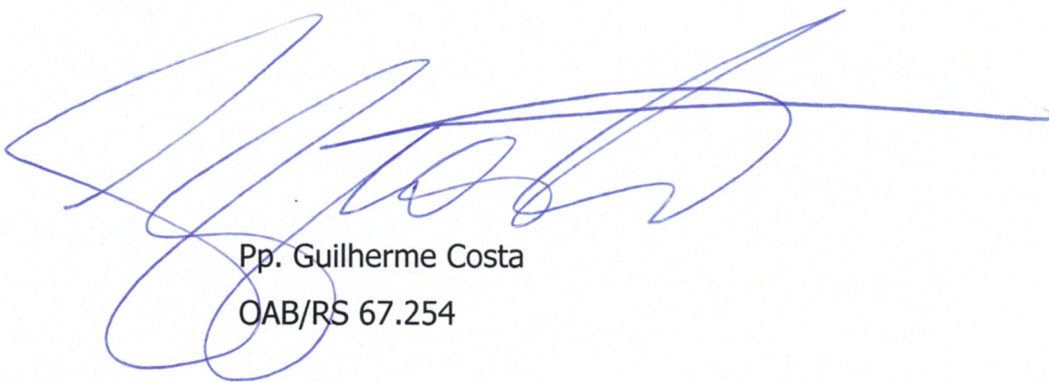
Segue anexo, o laudo de viabilidade econômica e o laudo de avaliação de bens.

Diante do exposto, requer a aprovação do presente plano ou, alternativamente, na pior das hipóteses, que seja sugerida alterações, conforme determina o art. 56, § 3º da Lei 11.101/2005.

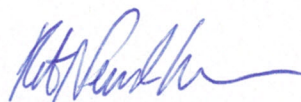
153

Nestes termos, pede Deferimento.

Porto Alegre, 06 de dezembro de 2013.



Pp. Guilherme Costa
OAB/RS 67.254



Renato Rosa
Sócio

104

ANEXO I

LAUDO ECONÔMICO - FINANCEIRO E DE AVALIAÇÃO DOS BENS E ATIVOS

Relação dos bens da empresa

1. Computador PC 500Gb de memória, 8Gb de RAM, com monitor 17 polegadas widescreen, teclado e mouse, com windows licenciado, no valor aproximado de R\$ 1.200,00;
2. MacBook White modelo 2009 com problema na bateria, avaliado no valor de R\$ 800,00
3. Impressora Multifuncional SAMSUNG SCX-5600 no valor de R\$ 200,00
4. Mesa com tampo de vidro da TOK&STOK 130x75 no valor de R\$ 600,00
5. Cadeira de escritório, no valor de R\$ 60,00
6. 3 HDs portáteis de 500Gb no valor de R\$ 50,00 cada
7. Armário de arquivos, no valor de R\$ 100,00
8. Materiais diversos de escritório (como folhas, envelopes, grampeador, canetas, etc) no valor de R\$ 50,00.



LAUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO

LMTCONT Gestão Contábil, responsável pelo assessoramento à **Dux Experiências Interativas e a DEH Design de Experiências Ltda**, na elaboração deste **PLANO DE RECUPERAÇÃO** apresenta o laudo de avaliação econômica Financeira da empresa, nos seguintes termos:

1. O serviço prestado pelo sócio é de altíssimo nível, conhecido no ramo e por isso, nunca vai faltar trabalho, o que torna o ingresso de receitas favoráveis.

2. No momento, a empresa está praticamente sem custo trabalhista e nem com aluguel, pois atualmente está operando na casa do sócio e terceirizando serviços quando necessário.

3. Os valores relacionados para pagamento realçam a realidade da empresa, que sem contar com os prazos, carências e redução de valores, não será possível de ser cumprido, justamente pelo baixo faturamento atual.

4. Contudo, o plano prevê o pagamento de todos os credores, nas condições propostas, que sem dúvida é mais vantajosa para os credores do que falência, pois como a empresa não tem um ativo significativo, com a arrecadação dos poucos bens que tem, não seria possível o pagamento de nenhum credor.

6. Assim sendo, nas condições aqui propostas, o PLANO é viável, e o pagamento com as devidas reduções, prazos e carências é possível de ser cumprido.


LMTCONT Gestão Contábil